

# Pisani Plásticos S.A.

CNPJ: 87.833.737/0001-73  
NIRE 43 3 00019870

Aos Senhores Acionistas e à Sociedade: A Administração da Pisani Plásticos S.A. submete à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 acompanhadas do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”. Caxias do Sul, 7 de outubro de 2019. A diretoria.

## Relatório da Administração

submete à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 acompanhadas do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”. Caxias do Sul, 7 de outubro de 2019. A diretoria.

### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Em milhares de R\$

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.168	5.943	Fornecedores	17	10.398	10.898
Contas a receber de clientes	6	35.340	39.610	Empréstimos e financiamentos	14	18.637	42.017
Estoques	7	15.693	15.073	Obrigações Trabalhistas	15	7.771	5.082
Impostos a recuperar	9	15.366	4.847	Impostos a recolher	15	11.374	10.265
Adiantamento a fornecedores	8	2.815	3.308	Comissões a pagar		1.010	1.242
Despesas antecipadas		137	132	Adiantamento de clientes		11.013	4.712
Ativo mantido para venda		1.559	632	Outras contas a pagar		2.018	1.007
Outros créditos		245	334	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>62.221</b>	<b>75.223</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>74.323</b>	<b>69.879</b>	<b>Não Circulante</b>			
<b>Não Circulante</b>				Empréstimos e financiamentos	14	73.020	52.973
Mútuo com partes relacionadas	19	5.372	6.431	Provisões para contingências	16	1.497	532
Depósitos judiciais	11	2.617	2.590	Impostos a Recolher	15	41.883	43.801
Impostos a recuperar	9	239	170	Impostos diferidos (IR/CSLL)	10	31.783	30.536
Impostos diferidos (IR/CSLL)	10	20.769	22.557	Contas a pagar partes relacionadas	19	935	110
Propriedade para Investimentos	13	21.699	21.699	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>149.118</b>	<b>127.952</b>
Imobilizado	12	134.636	134.636	<b>Patrimônio Líquido</b>			
Intangível		66	23	Capital social	18	19.200	19.200
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>185.382</b>	<b>188.106</b>	Ações em tesouraria		(4.200)	(2.000)
<b>Total do Ativo</b>		<b>259.705</b>	<b>257.985</b>	Reservas e transações de capital		(24.600)	(24.600)
				Reserva de lucros		3.289	2.938
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		54.677	59.272
				<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>259.705</b>	<b>257.985</b>

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Em milhares de R\$

	Reservas de Lucros							Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Res. e trans. de capital	Res. de incent. fiscais	Res. Legal	Reserva de ações prefer.	Retenção de lucros	
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	19.200	(2.000)	(24.600)	108	2.413	1.319	(1.073)	59.668
Outros resultados abrangentes do exercício								(599)
Impostos difer. s/ ajuste de aval. patrimonial								203
Lucro Líquido do Exercício								171
Destinações								
Reserva Legal				9				(9)
Reserva para resgate de ações preferenciais					41			(41)
Reserva Retenção de Lucros						121		(121)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	19.200	(2.000)	(24.600)	108	2.422	1.360	(952)	59.272
Ajuste Avaliação Patrimonial								(4.595)
Aquisição de ações em tesouraria		(2.200)						
Lucro Líquido do Exercício								351
Destinações								
Reserva Legal					17			(17)
Reserva para resgate de ações preferenciais						84		(84)
Reserva Retenção de Lucros						250		(250)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	19.200	(4.200)	(24.600)	108	2.439	1.444	(702)	54.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

**1 Contexto operacional:** Objeto social: A Pisani Plásticos S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul e tem como objeto social a industrialização, comércio, importação e exportação de produtos plásticos, prestação de serviços de injeção plástica a terceiros, fabricação, aluguel e venda de moldes, fabricação de peças para veículos automotores e participações em outras sociedades comerciais ou civis. O desempenho operacional do ano de 2018 foi impactado pela retração da economia brasileira. A Companhia vem adotando estratégias de fortalecimento comercial, expandindo em novos segmentos de mercado, visando o aumento do desempenho operacional. A Companhia situa-se como autora (no polo ativo das ações) em processos tributários. Destaca-se a discussão judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, que na Companhia perfaz o montante de tributos já recolhidos em aproximadamente R\$ 62.000, incluindo atualização monetária, em 31 de dezembro de 2018. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento, na sistemática de repercussão geral, declarando inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo destas contribuições. Em 20 de novembro de 2018 a Companhia obteve êxito em segunda instância da referida ação e optou por apropriar o valor de R\$ 10.314 em 2018. A Companhia obteve o Trânsito em Julgado da referida ação em 04 de junho de 2019 e tem como expectativa, já a partir de agosto de 2019, compensar o referido crédito com os impostos vindencios a partir daquele mês. Considerando o volume médio mensal de tributos federais a serem compensados a Companhia espera que em um prazo de 18 a 24 meses será feita a compensação plena dos créditos. **2 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações, máquinas e outros ativos imobilizados na data de transição, 1º de Janeiro de 2016, para adoção do pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. **a. Declaração de conformidade (com relação às normas CPC PME):** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 7 de outubro de 2019. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor atendendo os pronunciamentos emitidos pelo Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC PME, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e use premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 10 - Realização de impostos diferidos ativos** **• Nota 13 - Propriedades para investimento** **• Nota 16 - Provisão para Contingências** **• Nota 20 - Redução ao valor recuperável de contas a receber e Realização de impostos diferidos ativos:** A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela administração, cujo horizonte temporal é normalmente de 5 anos. **f. Valor justo de propriedades para investimento:** O valor justo de propriedade para investimento baseia-se nos preços atuais de mercado para propriedades similares. O valor justo é determinado por uma avaliação feita por avaliadores independentes portadores de licença para avaliação reconhecida e pertinente (com experiência recente em avaliações de edifícios na mesma área em que os imóveis da Companhia estão localizados). **g. Contingências:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a

hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **h. Redução ao valor recuperável de contas a receber:** A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável, e de acordo com o estágio de cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou sua totalidade. **3 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **a. Operações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, em rubrica de receitas e despesas financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos/(perdas), líquidos". **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). O saldo apresentado na demonstração do fluxo de caixa está líquido do saldo de contas garantidas. Para fins de apresentação, as contas garantidas estão demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de "Empréstimos", no passivo circulante. **c. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **d. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado do exercício. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). **e. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. **f. Imobilizado:** **(i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável "*impairment*" acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: **•** O custo de materiais e mão de obra direta; **•** Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; e **•** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do ativo imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Demonstrações do Resultado do Exercício			
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
Em milhares de R\$			
	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita</b>	22	193.068	168.174
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(155.691)	(137.035)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>37.377</b>	<b>31.139</b>
<b>Receitas e Despesas Operacionais</b>			
Com vendas	24	(8.873)	(7.815)
Administrativas e gerais	24	(15.782)	(16.017)
Outras receitas operacionais	23	9.048	3.156
<b>Lucro antes do Res. Financeiro</b>		<b>21.770</b>	<b>10.463</b>
Receitas financeiras	25	9.551	11.563
Despesas financeiras	25	(24.569)	(31.776)
<b>Lucro (Prej.) antes do IR e da CS</b>		<b>6.752</b>	<b>(9.750)</b>
IR e contrib. social correntes	10	(997)	2.066
IR e contrib. social diferidos	10	(5.404)	7.855
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>351</b>	<b>171</b>
Lucro Líquido do Exercício por lote de mil ações - R\$	26	0,023	0,011

Prédios, benfeitorias e instalações 10 - 25 anos  
Máquinas e equipamentos 3 - 10 anos  
Móveis e utensílios 5 - 10 anos  
Veículos 8 - 10 anos

**g. Redução ao valor recuperável de ativos:** **(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Não ocorreram indicações de perda nos exercícios apresentados e, consequentemente, a Companhia não possui provisão para irreversibilidade registrada nesses exercícios. **h. Empréstimos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **i. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **k. Receita operacional:** **(i) Venda de bens:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. **(ii) Serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados. **i. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB pós-fixados e por operação, os quais estão vinculados à variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários - CDI. As aplicações financeiras são imediatamente conversíveis em dinheiro e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, liquidações do desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida para transações de natureza similar. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
Em milhares de R\$			
	31/12/18	31/12/17	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	6.752	(9.750)	
Lucro / Prejuízo antes do IR e contribuição social			
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	4.356	4.350	
Reversão/realização de provisões	847	1.498	
Juros e encargos apropriados s/mútuo a receber	-	(619)	
Juros e encargos apropriados s/ empréstimos	6.161	5.578	
Variações cambiais sobre empréstimos	2.512	102	
Resultado nas operações com derivativos	-	(478)	
Resultado na alienação/baixa de ativos imobilizados	34	380	
Variação do aj. a valor presente de contas a receber	(245)	(187)	
Variação do aj. a valor presente de fornecedores	15	8	
<b>Varições nos ativos e passivos circulantes</b>			
(Aumento) redução de contas a receber	4.842	(1.536)	
(Aumento) redução de estoques	(619)	(1.454)	
(Aum.) redução de adiantamento a fornecedores	494	1.561	
(Aumento) redução de outros recebíveis	(6.920)	2.512	
(Aumento) redução de fornecedores	(485)	(793)	
(Aumento) redução de adiantamento de clientes	6.300	(363)	
(Aumento) redução de outros passivos	(3.530)	19.578	
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>20.513</b>	<b>20.387</b>	
Juros pagos por empréstimos	(7.991)	(9.036)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(997)	-	
<b>Caixa liq. decorrente das ativ. operacionais</b>	<b>11.525</b>	<b>11.351</b>	
<b>Fluxos de caixa das ativ. de investimentos</b>			
Mútuo concedido à parte relacionada	(5.372)	(2.665)	
Aquisição de ativo imobilizado	(4.534)	(2.251)	
<b>Caixa líquido usado nas ativ. de investimento</b>	<b>(9.906)</b>	<b>(4.916)</b>	
<b>Fluxos de caixa das ativ. de financiamentos</b>			
Empréstimos tomados	10.329	16.005	
Pagamentos de empréstimos	(14.723)	(18.804)	
<b>Caixa líquido decorrente das ativ. de financ.</b>	<b>(4.394)</b>	<b>(2.799)</b>	
<b>(Red.) aum. no caixa e equiv. de caixa no exerc.</b>	<b>(2.775)</b>	<b>3.636</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.943	2.307	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.168	5.943	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **n. Resultado por ação:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais

**CONTINUAÇÃO >>> Pisani Plásticos S.A. CNPJ: 87.833.737/0001-73 NIRE 43 3 00019870 Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

de créditos de PIS e COFINS referente ao processo judicial ativo de exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e COFINS, que obteve decisão em segunda instância em novembro de 2018. Destaca-se a discussão judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, que na Companhia perfaz o montante de tributos já recolhidos em aproximadamente R\$ 62.000, incluindo atualização monetária, em 31 de dezembro de 2018 conforme detalhando na Nota 1 às demonstrações financeiras. **10 Imposto de renda e contribuição social: a. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2018	2017
Ativo não circulante		
Diferenças temporárias	4.240	9.436
Ajuste de avaliação patrimonial	-27.964	-30.536
Base negativa de IR e CS - Prejuízo fiscal	12.711	13.123
Total	-11.013	-7.977

**b. Movimento durante o período**

	Saldo em 2017	Rec. no res. em 2018	Saldo em 2018
Provisões para contingências	160	20	180
Provisões p/ créditos de liq. duvidosa	214	-111	103
Provisões p/ participação nos resultados	252	88	340
Comissões bloqueadas	298	-58	240
Outras diferenças temporárias	871	-413	458
Agio da incorporação	8.132	-1394	6.738
IR e CS s/Base Negativa - Prej. Fiscal	13.123	-412	12.711
IR/CS Diferido s/Valor justo das propriedades p/Investimento	-4.904	2370	-2.534
Depreciação Acelerada	0	-3.117	-3.117
Outras diferenças temporárias	-491	-211	-702
IR/CS Diferido S/Custo Atribuído	-25.632	202	-25.430
Total	-7.977	-3.036	-11.013

	Saldo em 2016	Rec. no res. em 2017	Saldo em 2017
Provisões para contingências	167	-7	160
Provisões para créditos de liq. duvidosa	209	5	214
Provisões para partic. nos resultados	376	-124	252
Comissões bloqueadas	316	-18	298
Agio da incorporação	9.757	-1625	8.132
Outras diferenças temporárias	473	-93	380
IR e CS s/Base Neg. - Prejuízo Fiscal	8.721	4.402	13.123
IR/CS Diferido S/Reav. Patrimonial	-4.904	-580	-4.904
IR/CS Diferido S/Custo Atribuído	-25.835	203	-25.632
Total	-10.720	2.163	-7.977

As movimentações de imposto de renda e contribuição social diferidos durante os exercícios demonstrados foram integralmente reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2018, foram revertidos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais no montante de R\$ 412, uma vez que a Companhia tem expectativa de realização do referido imposto nos próximos exercícios. As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2018 serão absorvidos por lucros tributáveis estimados para os próximos anos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2020
Compensação de prejuízos fiscais	1.104	3.629

**Compensação de prejuízos fiscais**

2021	3.687
2022	3.738
2023	553
Total	12.711

**c. Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	2018	2017
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	6.752	-9.750
Base de cálculo	6.752	-9.750
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	2.296	-3.315
Prejuízo Fiscal e base negativa reconhecidas no período	-413	4.402
IR Diferido s/Agio	-1.394	-1.626
Outros	810	-710
Impostos de renda e contribuição social	-997	2.066
Alíquota fiscal efetiva	21%	21%
Corrente	-997	2.066
Diferido	-5.404	7.855

**11 Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 2.617, líquidos de provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.590 em 31 de dezembro de 2017) relativos a demandas ajuizadas contra a Companhia. **12 Imobilizado: a. Composição do ativo imobilizado:** A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está apresentada a seguir:

Itens	2018		2017	
	Taxa de deprec. % a.a.	Valor residual líquido	Taxa de deprec. % a.a.	Valor residual líquido
média ponderada				
% a.a.				
Terrenos	2%	578	2%	578
Prédios e benfeitorias	2%	15.385 (7.533)	2%	15.385 (7.533)
Instalações	5%	5.230 (3.294)	5%	4.991 (3.200)
Máquinas e equipamentos	8%	106.672 (61.520)	8%	103.972 (58.686)
Móveis e utensílios	16%	491 (392)	16%	493 (391)
Veículos	12%	563 (325)	12%	291 (186)
Equipamentos de informática	17%	2.291 (1.866)	17%	2.127 (1.809)
Terrenos - Custo Atribuído		49.768		49.768
Prédios - Custo Atribuído		26.824 (1.796)		26.225 (599)
Imobilizações em andamento		3.544		3.620
Total		211.345 (76.725)		134.620 (72.488)

**b. Movimentação do custo e depreciação:** A movimentação do valor residual líquido do ativo imobilizado da Companhia está apresentada abaixo:

Itens	2018		2017	
	Taxa de deprec. % a.a.	Valor residual líquido	Taxa de deprec. % a.a.	Valor residual líquido
média ponderada				
% a.a.				
Terrenos	2%	578	2%	578
Prédios e benfeitorias	2%	14.997 (7.428)	2%	14.997 (7.428)
Instalações	5%	4.991 (3.200)	5%	4.991 (3.200)
Máquinas e equipamentos	8%	103.972 (58.686)	8%	103.972 (58.686)
Móveis e utensílios	16%	493 (391)	16%	493 (391)
Veículos	12%	653 (375)	12%	291 (186)
Equipamentos de informática	17%	2.127 (1.809)	17%	2.127 (1.809)
Terrenos - Custo Atribuído		49.768		49.768
Prédios - Custo Atribuído		26.225 (599)		26.225 (599)
Imobilizações em andamento		3.620		3.620
Total		207.124 (72.488)		134.620 (72.488)

Itens	2018		2017	
	Taxa de deprec. % a.a.	Valor residual líquido	Taxa de deprec. % a.a.	Valor residual líquido
média ponderada				
% a.a.				
Terrenos	2%	578	2%	578
Prédios e Benfeitorias	2%	7.238	2%	7.238
Instalações	5%	1.810	5%	1.810
Máquinas e equipamentos	8%	48.098	8%	48.098
Móveis e utensílios	16%	124	16%	124
Veículos	12%	516	12%	516
Equipamentos de informática	17%	312	17%	312
Terrenos - Custo Atrib. Prédios - Custo Atrib. Imobilizações em andamento		49.768		49.768
		26.225		26.225
		2.404		2.404
Total		137.073		137.073

**Garantias:** Em 31 de dezembro de 2018, existem bens dados como garantia de empréstimos e financiamentos.

**13 Propriedade para investimentos:** A composição das propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2018 está representada a seguir:

	2018	2017
Terrenos e Instalações	50.346	50.346
Total	34.818	41.521
Total	85.164	91.867

**14 Empréstimos e financiamentos**

Itens	2018		2017		
	Moeda / Encargos	Circul. Não Circul.	Moeda / Encargos	Circul. Não Circul.	
FINAME	Real / 2,50% a 8,70% a.a.	205	242	178	360
Adiantamento de câmbio	USD / 6,5% a 8,00% a.a.	15.933	-	14.831	-
Financiamento	Real / CDI + 2,5% a 7,9% a.a.	1.359	72.582	26.148	51.681
Capital Giro	Real / CDI + 0,43% a.m.	1140	196	860	932
Total		18.637	73.020	42.017	52.973

**Valores que afetam o caixa**

	31/12/17	31/12/18
Total	94.990	-9.494

**Valores que não afetam o caixa**

	31/12/16	31/12/17
Total	101.140	-11.835

Os empréstimos bancários vencem até 2023, compostos por operações Adiantamento de Câmbio com juros pré-fixados de 6,5% a 8,0% a.a. e vencimentos em até 12 meses, operações de capital de giro e financiamento com juros pré-fixados de 2,5% a 8,7% a.a. e variação pela taxa de juros de longo prazo. As linhas de Finame foram obtidas para financiar a expansão das atividades da Companhia. As operações que vencem dentro do ano são linhas que estão em processo de renegociação junto às instituições credoras. As garantias oferecidas aos financiamentos são terrenos e edificações (Nota 12). **Cláusulas contratuais: Covenants:** A Companhia possui contrato de empréstimo com cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem para cobertura de pagamentos de principal e encargos com o objeto garantidor da dívida, na ordem de 2,3 vezes a dívida líquida ajustada. Até o momento todos os covenants acordados com o Banco do Brasil S/A e demais instituições financeiras estão sendo cumpridos. **15 Impostos a recolher**

	2018	2017
Circulante		
IRRF/CSLL a recolher	1.254	362
ICMS/ICMS ST a pagar	451	1.219
PIS/COFINS a pagar	1.163	884
IPI a pagar	1.670	1.600
PERT Fazendário	1.926	1.547
Parcelamento de tributos	4.910	4.653
Total	11.374	10.265

**18 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social subscrito e integralizado, conforme disposto no Artigo 5º do estatuto social, é de R\$ 19.200.000,00, composto por 15.291.821 ações, sendo 7.666.821 ações ordinárias, 6.000.000 de ações preferenciais classe "A" e 1.625.000 ações preferenciais classe "B" resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal. A Companhia é controlada por Webber Participações Ltda. que possui participação de 67,22%. **b. Ações em tesouraria:** A Companhia possui em tesouraria 955.696 ações preferenciais de sua própria emissão, adquiridas de acionistas retirantes durante o exercício de

2013 (207.740) e no exercício de 2018 (747.956) no montante total de R\$ 4.200. **c. Reservas e transações de capital:** Corresponde ao valor do ágio na emissão de ações constituído no ano de 2013. **d. Reserva para resgate de ações preferenciais:** Corresponde à reserva de 25% do resultado remanescente do exercício ao fundo de resgate de ações preferenciais classes "A" e "B", conforme previsto no estatuto social da Companhia. **e. Reserva de incentivos fiscais:** Saldo decorre de incentivo fiscal previsto no Programa de Desenvolvimento de Produtos Petroquímicos e Químicos do Estado do Rio Grande do Sul (PROPLAST), com base na Lei nº 9.829 de 05 de fevereiro de 1993 e Decreto nº 34.681/93 de 26 de março de 1993, que visava incentivar a ampliação e a instalação de novas unidades no Estado. O incentivo limitava-se a 50% e 75% do incremento do ICMS recolhido pela Companhia. **f. Reservas de lucros: • Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **• Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. **19 Partes relacionadas: Honorários da administração:** A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia que inclui honorários, gratificações e benefícios variáveis, foi de R\$ 1.442 em 2018 (R\$ 1.574 em 2017). A Companhia não oferece para os administradores e para seus empregados benefícios por pagamentos baseados em ações. **Transações e saldos a receber e a pagar a partes relacionadas**

	2018	2017
Partes relacionadas		
Metalúrgica Forma Ltda.	5.372	6.431
Mútuo com sócios	(935)	(110)
Total	4.437	6.321

Durante o exercício de 2018, a Companhia concedeu empréstimo à Metalúrgica Forma Ltda., sendo o montante apresentado em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 5.372 (6.431 em 31 de dezembro de 2017). **20 Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito • Risco de liquidez • Risco de mercado • Risco operacional • Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de outros créditos. **Contas a receber de clientes e outros créditos:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Consideramos que a Companhia possui sua carteira de cobrança pulverizada geograficamente, dessa forma não há concentração de risco de crédito significativo. Geograficamente não há concentração de risco de crédito. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sobre a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada primeiramente pelo analista de crédito, que avalia a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e a avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais. As aprovações de créditos são realizadas conforme tabela de alçadas fixadas em políticas. **b. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco da Companhia irá encontrar dificuldades

em outras categorias além das informadas:

Ativos	2018		2017	
	Valor justo através do result.	Custo amortiz.	Valor justo através do result.	Custo amortiz.
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.168	5	5.943
Contas a receber clientes	6	35.340	6	39.610
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	20	-
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	14	91.657	14	94.990
Fornecedores	17	10.398	17	10.898
Adiantamento de clientes	-	11.013	-	4.712
Total	-	151.576	-	156.153

**b. Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Ativos	2018		2017	
	Valor justo através do result.	Custo amortiz.	Valor justo através do result.	Custo amortiz.
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.168	5	5.943
Contas a receber clientes	6	35.340	6	39.610
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	19	-	19	-
Total	30.508	45.553	30.508	45.553

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	2018	2017
Valores vencidos:		
Até 30 dias	1.363	1.040
31 a 90 dias	729	433

dos:

	2018	2017
31 de dezembro de 2018		
Passivos financeiros não derivativos	91.657	133.414
Empréstimos e financiamentos	10.398	10.898
Fornecedores	102.055	144.312
Total	20.314	28.675

	2018	2017
31 de dezembro de 2017		
Passivos financeiros não derivativos	96.813	120.941
Empréstimos e financiamentos	10.898	10.898
Fornecedores	107.711	131.839
Total	34.693	28.675

**d. Risco cambial: Exposição a moeda estrangeira:** A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira, dólar norte-americano, foi a seguinte (base em valores nominais):

	2018	2017
Clientes a receber - exterior	3.544	2.427
Valor equivalente em US\$ mil	915	727

Os montantes demonstrados acima não incluem os empréstimos e financiamentos. As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas no encerramento de cada exercício:

	2018	2017
Taxa à vista na data das demonstrações financeiras	3,8742	3,308

**Análise de sensibilidade para exposição à moeda estrangeira:** A administração estima que, caso o dólar se desvalorize perante o Real em 10%, o total do ativo líquido em dólar norte-americano sofreria uma diminuição irrelevante considerando a posição em aberto em 31 de dezembro de 2017. **e. Risco de taxa de juros: Perfil:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	2018	2017
Instrumentos de taxa fixa	(16.138)	(15.485)
Passivos financeiros		
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	547	1.848
Passivos financeiros	(75.277)	(81.328)

**Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa:** A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de

em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liqu

**CONTINUAÇÃO >>> Pisani Plásticos S.A. CNPJ: 87.833.737/0001-73 NIRE 43 3 00019870 Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

f. Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros "não derivativos" obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	3.168	3.168	5.943	5.943
Total	3.168	3.168	5.943	5.943
Passivos financeiros:				
Empréstimos e financiamentos	91.657	91.657	96.813	96.813
Total	91.657	91.657	96.813	96.813

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia: **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** As aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo. **Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, considera a taxa pré obtida através da BM&F Bovespa na data mais próxima a data da liquidação estimada do fluxo de caixa contratual.

	2018	2017
<b>22 Receita operacional</b>	<b>275.743</b>	<b>236.065</b>
Venda de produtos	0	41
Prestações de serviços	141	8.680
Revenda de mercadorias	275.884	244.786
Impostos sobre vendas	(74.756)	(69.745)
Devoluções e abatimentos	(1.767)	(1.211)
Total da receita contábil	199.361	173.830
Ajuste a valor presente	(6.293)	(5.656)
Total da receita contábil	193.068	168.174
<b>23 Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Subvenção governamental (custeio)	1.392	2.376
Outros	7.656	780
	9.048	3.156
<b>24 Despesas por natureza</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Matéria-prima / produtos adquiridos	(105.269)	(85.034)
Despesas com pessoal	(36.941)	(42.960)
Energia elétrica	(7.303)	(6.628)
Manutenção de equipamentos industriais	(2.097)	(2.006)
Depreciação e amortização	(4.273)	(4.350)
Serviços de terceiros	(3.152)	(6.511)
Frete sobre vendas	(4.346)	(3.514)
Comissões sobre vendas	(4.527)	(4.301)
Outras despesas	(12.438)	(5.563)
Total	(180.346)	(160.867)
Despesas com vendas	(8.873)	(7.815)
Despesas administrativas e gerais	(15.782)	(16.017)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (antes do ajuste a valor presente)	(158.032)	(138.929)

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

maior em R\$ 996 e, o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido apresentados a maior em R\$ 9.318, líquido de efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão

	2018	2017
<b>24 Despesas por natureza</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Ajuste a valor presente	2.341	1.894
Custo dos prod. vend. e dos serviços prestados	(155.691)	(137.035)
Total	(180.346)	(160.867)
<b>25 Resultado Financeiro</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros apropriados/obtidos	(740)	825
Variação cambial/monetária ativa	3.664	3.294
Instrumentos financeiros derivativos	—	—
Receitas com aplicações financeiras	14	(105)
Outras receitas financeiras	76	1.705
Receitas financeiras	3.014	5.719
Ajuste a valor presente	6.537	5.844
Receitas financeiras líquidas	9.551	11.563
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos financeiros s/empréstimos e financ.	(13.298)	(21.166)
Varição cambial/monetária passiva	(5.735)	(3.730)
Deságio sobre duplicatas	(2.027)	(1.207)
Outras despesas financeiras	(1.153)	(3.772)
Despesas financeiras	(22.213)	(29.875)
Ajuste a valor presente	(2.356)	(1.901)
Despesas financeiras líquidas	(24.569)	(31.776)
<b>26 Lucro por ação: Básico e diluído:</b> O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício:	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas	351	171
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	15.292	15.292

Quantidade média de ações (em milhares) 15.292 15.292  
 Lucro (prejuízo) por ação 0,023 0,010  
 Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros. **27 Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 82.800 para danos materiais, R\$ 13.200 para responsabilidade civil. **28 Programa de participação nos resultados:** A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participações nos resultados referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.001 (R\$ 742 em 31 de dezembro de 2017).  
**Diretoria**  
 Paulo Francisco Webber - Presidente - CPF 235.921.500-06  
 Vasco J. Bosi - Diretor Comercial - CPF 280.729.010-87  
 Milton Paulo Silva - Diretor Financeiro - CPF 395.625/140-72  
**Conselho de Administração**  
 Paulo Francisco Webber - Presidente  
 Conselheiros: José Antônio Webber e Luiz Eduardo Webber  
**Contabilidade**  
 Adriana Ines Susin Camatti - CRC/RS 058815/O-0  
 CPF: 679.840.290-91

Aos Administradores e Acionistas Pisani Plásticos S.A. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pisani Plásticos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pisani Plásticos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião com ressalva:** Conforme apresentado nas Notas 1 e 9 às demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu saldo de impostos a recuperar no montante de R\$ 10.314 referente a ação judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, visto que em novembro de 2018 obteve êxito em segunda instância da referida ação. No entanto, considerando que o trânsito em julgado da referida ação ocorreu em junho de 2019, estes créditos têm natureza de ativo contingente em 31 de dezembro de 2018. Por consequência o reconhecimento de tal crédito, após compensação de prejuízo fiscal, resultou em lucro tributável para fins de apuração de IRPJ e CSLL e, portanto, a Companhia reconheceu impostos a recolher no montante de R\$ 996. Sendo assim, o saldo ativo de impostos a recuperar está apresentado a maior em R\$ 10.314, o saldo passivo de impostos a recolher apresentando a

do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas

divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  
 Porto Alegre, 7 de outubro de 2019  
 PricewaterhouseCoopers  
 Auditores Independentes  
 CRC 2SP000160/O-5  
 Rafael Biedermann Mariante  
 Contador CRC 1SP243373/O-0